



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE PESSOAL E POLÍTICA SALARIAL
DIVISÃO DE PESSOAL

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA DESIGNAÇÃO DE “FG” E “DAS” - SERVIDOR EFETIVO

ITEM	OK	DISCRIMINAÇÃO
1		Declaração de relação familiar ou de parentesco (Modelo do TJ/RO-PJA 010). https://www.tjro.jus.br/gestaodepessoas/formularios

ITEM	OK	RELAÇÃO DAS CERTIDÕES EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO N. 156/CNJ/2012
1		Justiça Federal 1º e 2º grau – Cível (órgão: Seção judiciária + TRF1) https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/
2		Justiça Federal 1º e 2º grau – Criminal (órgão: Seção judiciária + TRF1) https://sistemas.trf1.jus.br/certidao/#/
3		Justiça Estadual: 1ª Grau: Distribuição-Ações cíveis e criminais-Resolução 156-CNJ; https://webapp.tjro.jus.br/certidaoonline/pages/cnpg.xhtml No caso de residir em outro Estado, devem ser entregues as certidões do órgão competente do Estado de domicílio e do TJRO.
4		Justiça Estadual: 2ª grau: Ações cíveis e criminais-Resolução 156-CNJ; https://webapp.tjro.jus.br/certidaoonline/pages/cnsg.xhtml No caso de residir em outro Estado, devem ser entregues as certidões do órgão competente do Estado de domicílio e do TJRO.
5		Justiça Eleitoral (crimes eleitorais); https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais
6		Justiça do Trabalho. http://www.tst.jus.br/web/guest/certidao
7		Justiça Militar. https://www.stm.jus.br/servicos-stm/certidao-negativa
8		Tribunais de contas da União. (Inabilitados) https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:12360177819788:::P3_TIPO_RELACAO:INABILITADO
9		Tribunais de Contas do Estado. https://tzero.tc.br/certidao-negativa-e-positiva/ No caso de residir em outro Estado, devem ser entregues as certidões do órgão competente do Estado de domicílio e do TCE/RO.
10		Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça. https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php
11		Declaração para fins de cumprimento da Resolução n. 156/2012 do CNJ. https://www.tjro.jus.br/gestaodepessoas/formularios

As declarações deverão ser digitalizadas a partir do documento original, devendo ser no formato PDF, **colorido**.

As certidões devem ser anexadas diretamente do arquivo digital gerado pelo órgão emissor da certidão.